TERMO DE CONTRATO Nº 37/2026
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0000000356/2025
EXTRAIDO DA ATA REG. PREÇOS Nº 002/2025
1º Termo Aditivo A. R. P. Nº 002/2025

Contrato Administrativo nº 37/2026, que fazem entre si o Município de Coronel José Dias/PI, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e a empresa R C FARIAS, nos termos seguir.

O Município de CORONEL JOSÉ DIAS/PI por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, com sede na Rua Gabriel Américo de Oliveira, s/nº, Centro, na cidade de CORONEL JOSÉ DIAS, Estado do Piauí, através da Secretaria Municipal de Educação, inscrita no CNPJ sob o Nº **30.799.579/0001-65**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, o Sr. **NILTAVIO REIS DAMASCENO OLIVEIRA,** inscrito no CPF sob nº 924.671 .483-00, nomeado pela Portaria nº 13/2025, de 03 de janeiro de 2025, publicada no D.O.M de 06 de janeiro de 2025, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **R C FARIAS**, com sede na Rua Avelino Freitas, S/N - Centro, na Cidade de SAO RAIMUNDO NONATO - PI, CEP: 64.770-000, inscrita no CNPJ sob o Nº 63.345.722/0001-06, neste ato representada por seu sócio administrador o senhor **RAIMUNDO CUSTÓDIO DE FARIAS**, brasileiro, maior, empresário, portador do CPF Nº 066.538.043 – 72, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo Nº 0000000356/2025 e** em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico SRP Nº 006/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II):

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa, por Pregão Eletrônico SRP, para *Aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar, exclusivamente para atendimento da rede municipal de ensino de Coronel José Dias - PI*, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, conforme quantitativos extraídos da Ata de Registro de Preços Nº 002/2025 e 1º termo aditivo ARP, conforme planilha a seguir:

Lote	Item	Descrição	UND.	MARCA	QUANT.	Vl. Unit.	Vl. Total
1	1	ABACAXI	KG	FDV	1964	R$ 6,10	R$ 11.980,40
2	1	ABÓBORA JAPONESA	KG	FDV	3109	R$ 5,50	R$ 17.099,50
3	1	ABOBRINHA	KG	FDV	3109	R$ 5,79	R$ 18.001,11
4	1	AÇAFRÃO	KG	FIEL	65	R$ 29,62	R$ 1.925,30
5	1	AÇÚCAR CRISTAL	KG	IMPERIAL	818	R$ 4,89	R$ 4.000,02
6	1	ADOÇANTE - 100% STÉVIA	ML	ADOCYL	33	R$ 6,85	R$ 226,05
7	1	ALFACE AMERICANO	KG	FDV	1309	R$ 16,15	R$ 21.140,35

8	1	ALHO	KG	RIKA	98	R$ 28,66	R$ 2.808,68
9	1	ARROZ, TIPO 1 (FD 30 KG)	KG	VITÓRIA	1636	R$ 6,87	R$ 11.239,32
10	1	AVEIA, FLOCOS	KG	SÃO BRAZ	655	R$ 29,30	R$ 19.191,50
11	1	BANANA PRATA	KG	FDV	3273	R$ 7,09	R$ 23.205,57
12	1	BATATA DOCE	KG	FDV	2618	R$ 7,04	R$ 18.430,72
13	1	BATATA INGLESA	KG	FDV	2618	R$ 7,74	R$ 20.263,32
14	1	BISCOITO DOCE, TIPO MARIA (CX 20 UND)	KG	VITAMASSA	982	R$ 16,57	R$ 16.271,74
15	1	BISCOITO SALGADO, TIPO CREAM CRACKER (CX 20 UND)	KG	VITAMASSA	982	R$ 15,95	R$ 15.662,90
16	1	CAFÉ, PÓ, TORRADO (FD 30 PCT)	KG	MARATÁ	327	R$ 46,56	R$ 15.225,12
17	1	CARNE MOÍDA, ACÉM, CRU	KG	BOI BRASIL	1636	R$ 28,70	R$ 46.953,20
18	1	CARNE, BOVINA, COXÃO DURO, SEM GORDURA, CRU	KG	BOI BRASIL	1636	R$ 37,12	R$ 60.728,32
19	1	CARNE, BOVINA, COXÃO MOLE, SEM GORDURA, CRU	KG	BOI BRASIL	1636	R$ 48,72	R$ 79.705,92
20	1	CARNE BOVINA, PATINHO, SEM GORDURA, CRU	KG	BOI BRASIL	1636	R$ 52,30	R$ 85.562,80
21	1	CEBOLA, CRUA	KG	FDV	1636	R$ 7,04	R$ 11.517,44
22	1	CEBOLINHA, CRUA	KG	FDV	655	R$ 30,96	R$ 20.278,80
23	1	CENOURA, CRUA	KG	FDV	2618	R$ 9,27	R$ 24.268,86
24	1	COENTRO	KG	FDV	327	R$ 33,12	R$ 10.830,24
25	1	CHOCOLATE, PÓ, 50%	KG	LUAL	655	R$ 61,98	R$ 40.596,90
26	1	COLORAU, PÓ (FD 20 UNID)	KG	MARATÁ	327	R$ 12,68	R$ 4.146,36
27	1	COMINHO, PÓ (FD 20 UNID)	KG	FIEL	65	R$ 24,33	R$ 1.581,45
28	1	COUVE MANTEIGA	KG	FDV	262	R$ 22,75	R$ 5.960,50
29	1	EXTRATO DE TOMATE (CX 48 UND)	KG	FUGINI	327	R$ 5,30	R$ 1.733,10
30	1	FARINHA DE MANDIOCA (FD 30 KG)	KG	POPY	982	R$ 7,96	R$ 7.816,72
31	1	FARINHA DE MILHO FLOCADA (FD 20 PCT)	KG	MARATÁ	1309	R$ 3,04	R$ 3.979,36
32	1	FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO (FD 10 PCT)	KG	ROSA BRANCA	982	R$ 7,68	R$ 7.541,76
33	1	FÉCULA DE MANDIOCA (FD 20 PCT)	KG	LOPES	982	R$ 9,38	R$ 9.211,16
34	1	FEIJÃO CARIOCA (FD 30 PCT)	KG	IMPERIAL	1047	R$ 11,43	R$ 11.967,21
35	1	FEIJÃO SEMPRE VERDE (FD 30 UND)	KG	IDEAL	1047	R$ 10,75	R$ 11.255,25
36	1	MAÇÃ FUJI	KG	FDV	425	R$ 13,00	R$ 5.525,00
37	1	FRANGO, COXA E SOBRECOXA, CRU	KG	AVE NOVA	1964	R$ 14,04	R$ 27.574,56
38	1	FRANGO, PEITO, CRU	KG	AVE NOVA	1964	R$ 18,08	R$ 35.509,12
39	1	LARANJA BAÍA	KG	FDV	2291	R$ 8,32	R$ 19.061,12
40	1	LEITE, DE VACA, DESNATADO, PÓ (FD 50 PCT)	KG	CAMPONESA	982	R$ 38,10	R$ 37.414,20
41	1	LEITE, DE VACA, INTEGRAL, PÓ (FD 50 PCT)	KG	CAMPONESA	1636	R$ 36,18	R$ 59.190,48
42	1	LEITE 0% LACTOSE (LATA)	KG	NINHO	164	R$ 47,22	R$ 7.744,08
43	1	LIMÃO TAHITI	KG	FDV	1636	R$ 8,21	R$ 13.431,56

44	1	MACARRÃO, TRIGO, CRU (FD 20 UND)	KG	GOSTOSO	1636	R$ 7,46	R$ 12.204,56
45	1	MAMÃO, PAPAIA, CRU	KG	FDV	3273	R$ 9,62	R$ 31.486,26
46	1	MANDIOCA, CRUA	KG	FDV	1800	R$ 6,83	R$ 12.294,00
47	1	MANGA, TOMMY, CRUA	KG	FDV	3273	R$ 7,36	R$ 24.089,28
48	1	MARGARINA, ÓLEO INTERESTERIFICADO, SEM SAL (65% DE LIPÍDEOS) (CX 12 UND)	KG	PRIMOR	491	R$ 13,10	R$ 6.432,10
49	1	MELANCIA, CRUA	KG	FDV	1636	R$ 5,39	R$ 8.818,04
50	1	MELÃO, CRU	KG	FDV	3109	R$ 5,33	R$ 16.570,97
51	1	ÓLEO DE SOJA (CX 20 UND)	LT	SOYA	2291	R$ 9,32	R$ 21.352,12
52	1	OVO DE GALINHA, INTEIRO, CRU (CTL 30 UND)	UND	MASTER FRIOS	2618	R$ 24,19	R$ 63.329,42
53	1	PÃO, TRIGO, FRANCÊS	UND	KERO PETA	16364	R$ 0,78	R$ 12.763,92
54	1	PIMENTÃO, VERDE, CRU	KG	FDV	327	R$ 9,86	R$ 3.224,22
55	1	PIMENTINHA, CRU	KG	FDV	164	R$ 14,41	R$ 2.363,24
56	1	POLPA ACEROLA (FD 10 UND)	KG	FRUTA POLPA	1309	R$ 14,04	R$ 18.378,36
57	1	POLPA CAJU (FD 10 UND)	KG	FRUTA POLPA	1309	R$ 12,82	R$ 16.781,38
58	1	POLPA DE GOIABA (FD 10 UND)	KG	FRUTA POLPA	1309	R$ 12,15	R$ 15.904,35
59	1	REPOLHO, BRANCO, CRU	KG	FDV	818	R$ 8,40	R$ 6.871,20
60	1	SAL, DIETÉTICO (FD 30 KG)	KG	BEIJA FLOR	982	R$ 1,07	R$ 1.050,74
61	1	SARDINHA, CONSERVA EM ÓLEO (CX 48 UND)	UND	PALMEIRA	1964	R$ 6,14	R$ 12.058,96
62	1	TANGERINA, CRUA	KG	FDV	1964	R$ 7,18	R$ 14.101,52
63	1	TOMATE, COM SEMENTE, CRU	KG	FDV	982	R$ 7,18	R$ 7.050,76
64	1	VINAGRE (CX 12 UND)	ML	MARATÁ	327	R$ 22,78	R$ 7.449,06
65	1	MILHO PARA CANJICA	KG	MARATÁ	1636	R$ 5,95	R$ 9.734,20
66	1	LOURO EM PÓ	KG	FIEL	33	R$ 42,47	R$ 1.401,51
67	1	ALECRIM DESIDRATADO	KG	FIEL	33	R$ 23,67	R$ 781,11
68	1	ÓREGANO	KG	FIEL	33	R$ 35,24	R$ 1.162,92
69	1	ABACATE	KG	FDV	3273	R$ 7,74	R$ 25.333,02
70	1	CARNE, BOVINA, FÍGADO, CRU	KG	FRIBOI	1636	R$ 19,91	R$ 32.572,76
71	1	CHUCHU	KG	FDV	1964	R$ 5,93	R$ 11.646,52
72	1	FERMENTO EM PÓ, QUÍMICO (100G UND)	KG	ROYAL	655	R$ 6,42	R$ 4.205,10
73	1	PROTEINA TEXTURIZADA DE SOJA	KG	SORA	982	R$ 14,32	R$ 14.062,24
VALOR TOTAL DOS ITENS REGISTRADOS (UM MILHÃO, DUZENTOS E OITENTA E TRÊS MIL, DUZENTOS E TRINTA REAIS E NOVENTA E UM CENTAVOS).							**R$ 1.283.230,91**

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. A Ata de Registro de Preços - ARP;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência findará em 06 de abril de 2027, podendo ser prorrogado de acordo com o Art. 106 e 107 Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.1.2. A Secretaria de Educação usando todos os quantitativos do contrato para um referido item ou itens, poderá celebrar novo contrato com o contratado até os quantitativos disponíveis na Ata de Registro de Preços nº 002/2025.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII):

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO:

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO:

5.1. O valor total da contratação é de **R$ 1.283.230,91 (UM MILHÃO, DUZENTOS E OITENTA E TRÊS MIL, DUZENTOS E TRINTA REAIS E NOVENTA E UM CENTAVOS)**, de acordo com os quantitativos extraídos da ARP.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os Pagamentos devidos ao contratado dependerão dos serviços efetivamente prestados.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI):

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V):

7.1. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de vigência do contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV):

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Coronel do Piauí/PI para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1. A Administração terá o prazo de 08 (oito) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 08 (oito) dias.

8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII):

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados; 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o

Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão
Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII):

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV):
11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. multa de até 15% (quinze por cento) do valor contratual, conforme apuração da infração pela Administração.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art.
160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2025.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX) 12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
12.4. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
12.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
12.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
12.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
12.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
12.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
12.6.3. Indenizações e multas.
12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art.
131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
12.8. O contrato poderá ser extinto:
12.8.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo

de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.8.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII) 13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNID. ORÇAM	PROJ. ATIVIDADE	ELEM. DESPESA	F. REC
04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	12.361.0007.2035 - PROGRAMA QUOTA SALÁRIO EDUCACAO	3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO	550
	12.361.0007.2040 - AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR	3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO	500/552

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, se houver, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III):

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES:

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante Celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO:

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º):

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Coronel José Dias, PI, em 06 de abril de 2026.

NILTAVIO REIS DAMASCENO OLIVEIRA:92467148300

Assinado digitalmente por NILTAVIO REIS DAMASCENO OLIVEIRA:92467148300
ND: C=BR, CN=NILTAVIO REIS DAMASCENO OLIVEIRA:92467148300, O=ICP-Brasil, OU=AC SyngularID Multipla
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.04.06 11:54:45-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.3.0

NILTAVIO REIS DAMASCENO OLIVEIRA
Secretário(a) Municipal de Educação
Pela Contratante

R C FARIAS:63345722000106

Assinado de forma digital por R C FARIAS:63345722000106

RAIMUNDO CUSTÓDIO DE FARIAS
Pela Contratada

TESTEMUNHAS:

1- _____
CPF:

2- _____
CPF: